TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL: desafios e respostas na Europa e na Espanha









TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL

- 1. INTRODUÇÃO
- 2. ÂMBITO DA TRIBUTAÇÃO DIRETA
- 3. ÂMBITO DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA
- 4. ÂMBITO DO CONTROLE
- 5. CONCLUSÕES

INTRODUÇÃO

globalização



ÂMBITO DA TRIBUTAÇÃO DIRETA



Sistema tradicional basado en:

- Presença física
- Preços de transferência

Dois problemas fundamentais:

- Perda de receita
- Inequidade fiscal

PILARES



Pilar 1: Reatribuição de direitos fiscais

Pilar 2: Imposto mínimo global de 15%



UE y ESPAÑA: Pilar II



Uma diretiva em 2022 que foi transposta em Espanha com a Lei 7/2024

UE Y ESPAÑA: Pilar I

- Imposto sobre Serviços Digitais
- España: Lei 4/2020.





Características deste imposto

·Alíquota: 3% sobre as receitas geradas na Espanha.

·Sujeitos passivos:

§ Empresas com receitas globais superiores a 750 milhões de euros.

§ E com receitas na Espanha superiores a 3 milhões de euros.

·Fatos tributáveis:

§ Publicidade direcionada online.

§ Intermediação de plataformas digitais (por exemplo, marketplaces).

§ Venda de dados de usuários gerados na Espanha.

TRIBUTAÇÃO INDIRETA

As reformas OSS, IOSS e VIDA:

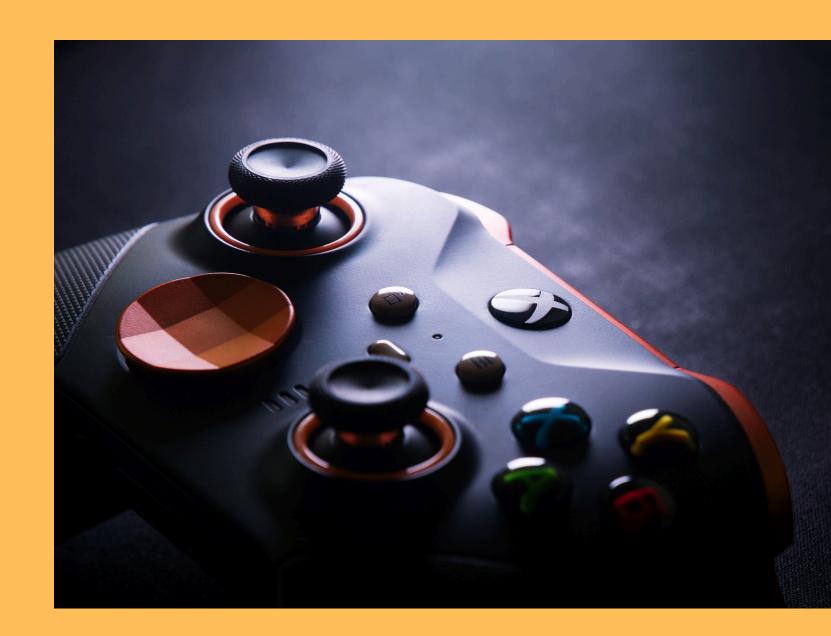
- 1. Combater a fraude ao IVA, especialmente a transfronteiriça.
 - 2. Digitalizar completamente a administração do IVA.
- 3. Atribuir responsabilidade às plataformas digitais que facilitam vendas ou serviços.



CONTROLE POR PARTE DAS ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Por um lado, o Plano Estratégico 2024-2027 (AEAT)

- Detecção do risco digital
- Análise contínua dos riscos decorrentes do comércio eletrônico, novos modelos de negócios digitais e criptomoedas
- Reforço tecnológico, IA e cibersegurança
- Desenvolvimento de uma estratégia de inteligência artificial e o fortalecimento das capacidades em cibersegurança
- Prevenção e assistência ao contribuinte digital
- Cooperação internacional



CONTROLE POR PARTE DAS ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Plano de Controle Tributário 2025



- Monitoramento intensivo do comércio digital, plataformas de comércio eletrônico, marketplaces e publicidade online
- Auditorias informáticas especializadas
- Controle específico de criptomoedas



CONCLUSÕES

- Adaptação legal e administrativa
- Contemplar novas realidades
- Evitar a fragmentação fiscal
- Insegurança jurídica
- Garantir a justiça tributária
- Rapidez frente à negociação internacional
- Que o consumo digital seja tributado onde é produzido
- Maior fiscalização das plataformas digitais
- Uso de tecnologias como blockchain e big data para rastrear transações



Obrigado pela vossa atenção